

AL e África lusa têm privilégio

O tratamento das dívidas junto ao governo brasileiro obedece a um critério político: existem condições preferenciais para os países da América Latina e da África de língua portuguesa e condições normais para os demais. A determinação é do Itamaraty, que vê na renegociação de antigos débitos uma possibilidade de normalizar — também como credor — as suas relações com a comunidade internacional.

Um dos parceiros mais elogiados por diplomatas brasileiros é Angola. Por cumprir seus compromissos em dia, o governo de Luanda obtém automaticamente novos créditos sempre que realiza seus pa-

gamentos. Moçambique e muitos países da América Latina encontram-se um degrau abaixo, no time dos que acabam de renegociar seus débitos e ainda vão começar a efetuar pagamentos. Os demais países formam uma equipe com a qual o Brasil prefere lidar através do Clube de Paris, que reúne credores oficiais de todo o mundo.

Diplomatas do Itamaraty reconhecem que a negociação de um débito junto com os outros credores no Clube de Paris dá menos autonomia ao País. Mesmo assim, eles recordam que o tratamento de consenso dispensado a um devedor acaba facilitando a efetiva recupe-

ração de créditos, devido a uma pressão internacional conjunta. Este foi o caso da Polônia, que conseguiu a redução de 50% em suas dívidas mas está obrigada a se manter em dia para não perder o privilégio.

Com os países latino-americanos e africanos de língua portuguesa, o governo brasileiro optou por manter negociações bilaterais. A cada um deles é apresentado um menu de possibilidades de redução de suas dívidas, bem mais completo do que o normalmente definido pelo Clube de Paris. Os acordos são, então, obtidos com mais facilidade do que em uma negociação formal. (M.M.)